



Ata 09-A - Sessão Ordinária de dezanove de dezembro de 2022

Ao décimo nono dia do mês de dezembro de 2022, pelas vinte e uma horas, realizou-se a Sessão da Assembleia de Freguesia de Quarteira, relativa ao mandato de 2021-2025, presidida pela Sra. Amélia Carmo em substituição da Presidente da Assembleia de Freguesia de Quarteira, Lúgia Brito, com a seguinte lista de presenças:

12 membros do PS: Fábio Nobre, Rosana Durão, António Santos, Amélia Carmo, Verónica Martins, Álvaro Bota, Josiane Forte, Ângela Guerreiro, Lara Santos, Sónia Dallot, Tiago Feijão e Nídia Pardal.

3 membros do PSD: Vítor Duro, Ricardo Proença e Augusto Veiga.

1 membro do CHEGA: Élio Carmo.

1 membro do Bloco de Esquerda: Rogério Ferreira.

Após a verificação da existência de quórum, a Exma. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia (em substituição), deu como aberta a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos:

- 1) Período de Intervenção do Público (respostas às questões colocadas previamente);
- 2) Período Antes da Ordem do Dia;
- 3) Período da Ordem do Dia:
 - a) Discussão e aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2023:
 - Orçamento da despesa e da receita;
 - Resumo do Orçamento;
 - Plano Plurianual de Investimentos;
 - Mapa de pessoal da Junta de Freguesia;
 - Plano de Recrutamento de Pessoal da Junta de Freguesia
 - b) Discussão e aprovação do Procedimento Plurianual, no âmbito do Projeto de Requalificação do Espaço Público.
 - c) Apreciação do Relatório de Atividades referente ao período de 16 de setembro a 30 de novembro de 2022.



Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Boa noite a todos. Na ausência de última hora da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Lúcia Brito, cabe a mim a sua substituição para dirigir esta sessão ordinária. Como a mesa está incompleta, para que fiquem os 3 membros da mesa, convido a Sónia Dallot, a integrar a mesa.

Antes de procedermos à chamada, foram feitas algumas substituições na bancada do PSD, o Sr. Augusto Veiga substitui o Sr. João Carlos Santos, da bancada do Bloco de Esquerda o Sr. Rogério Ferreira substituiu Sr. Jorge Guerreiro e da bancada do PS, o Sr. Tiago Feijão substitui a Lúcia Correia e a Sra. Nídia Pardal substitui o Sr. Isidoro Correia.


Relativamente à ordem de trabalhos, vou colocar aqui à vossa consideração a inserção de um ponto que por lapso não consta da convocatória e que seria como alínea d) Discussão e aprovação do contrato de arrendamento. Este documento foi enviado juntamente com todos os outros, no entanto, não consta aqui na ordem de trabalhos.

Portanto, coloco à vossa consideração e votação. Foi aprovado por unanimidade a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.

Não havendo questões a colocar por parte do público, passamos então ao período de antes da ordem do dia. Tem a palavra Sr. Rogério Ferreira.

Bancada do Bloco de Esquerda – Rogério Ferreira: Boa noite a todos. Houve uma reunião das freguesias com a comissão de revisão do PDM. O que eu gostaria de saber é o que é que aconteceu nessa reunião, principalmente em relação a Quarteira. Se foi apresentado alguma coisa pelo executivo em relação àquilo que se pretende com o PDM para Quarteira e se ficou alguma coisa comprometida ou prometido em relação a isso.

A segunda questão era saber é que, tendo sido aprovado o orçamento camarário, que obras é que neste orçamento estão previstas para Quarteira e em relação àquelas que estavam em andamento. Isto porque tive conhecimento e vi que tinha sido por questão de tempo, segundo a Câmara, alterados os itens das obras sobre o qual tinha sido pedido o empréstimo ao BPI de vinte sete milhões de euros. Quando foi pedido esse empréstimo, falava-se que tinha como item uma escola em Quarteira, e que o Tribunal de contas deu visto prévio. No entanto, no segundo item que foi aprovado na Assembleia Municipal,



retiraram essa escola de Quarteira e apareceu uma escola em Loulé. Por isso é que eu gostava de saber.

Mas antes disto, antes de terminar, gostaria de dizer uma outra coisa. Houve por aí alguém que pensa que quando se fala nas coisas entre Quarteira e Loulé é porque se quer tudo para Quarteira e nada para Loulé e eu gostaria de deixar clara a nossa posição, como já deixei clara nas Assembleias Municipais. Eu entendo o Concelho de Loulé como um concelho solidário. Um Concelho que ocorre àquelas freguesias que menos podem contribuir para o orçamento camarário. Mas para isso, para que possamos continuar a fazer isso, é preciso que este executivo, ou qualquer outro executivo que esteja nesta Câmara, tenha noção de que tem de investir nas freguesias onde há mais e melhores receitas, para que possa continuar como um Concelho solidário e se possa investir naquelas freguesias que menos contribuem para o orçamento camarário, porque na verdade também mora lá gente.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passo a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Proença.

Bancada do Partido Social Democrata – Ricardo Proença: Boa noite a todos. Eu não estive presente na última Assembleia de Freguesia em que se falou do estado da freguesia. Penso que, como é final de ano, digamos assim, há sempre alguma reflexão a fazer. Vou também deixar algumas questões, mas queria só aqui fazer uma pequena introdução relativamente à juventude.

Quarteira é uma Freguesia que, por exemplo, em 2017, foi distinguida pelas boas práticas junto dos cidadãos séniores. Quarteira foi recentemente até a primeira freguesia da rede de autarquias participativas a receber um prémio de boas práticas de participação. Aqui no nosso Algarve, existem Juntas de Freguesia que têm gabinetes específicos que se dedicam à juventude e eu acho que seria importante no futuro que pudéssemos começar a pensar na juventude, não como algo que é transversal a toda ação política ou qualquer projeto camarário ou da junta.

Temos, por exemplo, Vila Real de Santo António que até recentemente receberam os prémios de voluntários jovens, no âmbito do ambiente e que envolveram as escolas. Acho que Quarteira tem, neste caso, o fruto do que foi feito nos últimos anos, é claro, com este executivo. Acho que deveria reunir condições para se poder fazer muito mais pela

juventude de forma que também possamos começar a ser distinguidos como a freguesia amiga do jovem empreendedor.

Enfim, não vejo a serem criados fóruns de debates que envolvam os clubes ou associações todas, para que se possam criar sinergias. Estou a dizer fóruns, algo que seja público para que qualquer pessoa possa participar, à semelhança desta rede das autarquias participativas.

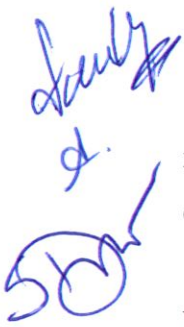
Relativamente às inundações em Quarteira, pensamos que já é altura de começar a haver algum plano estratégico para esta situação. Eu sei que o Sr. Presidente fez um esclarecimento online relativamente ao que se estava a passar e ao que poderia ainda vir a acontecer. É claro que isto não é responsabilidade única e exclusiva da Junta de Freguesia. Isto é algo que tem de ser uma ação em conjunto com a Câmara Municipal de Loulé. Sendo Loulé, um concelho pioneiro no combate às alterações climáticas, é pena que, passados estes anos todos, nós já sabemos como é que esta situação é aqui na zona da rotunda do Polvo e na Rua Vasco da Gama e acho que já estava na altura de começarmos a tentar remediar o que for possível.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Duro.

Bancada do Partido Social Democrata – Vítor Duro: Boa noite a todos. Fico muito feliz que finalmente a Câmara esteja prestes a comprar o terreno do mercado semanal das frutas e legumes. Vamos ter ali um espaço verde, um espaço de decompressão, um verdadeiro jardim, uma coisa em condições. Não tenho dúvidas que será isso que vai ser feito, apesar de não haver projeto nem nada, mas é isso que vai ser feito. E, finalmente, ao fim de tantos anos, vamos conseguir dar outra cara à nossa cidade. Fica com outro aspeto e estou muito satisfeito de ver que finalmente a coisa vai para a frente.

Relativamente às cheias, o Sr. Presidente, falou no vídeo de esclarecimento à população que, eventualmente, a única coisa que se podia fazer era um túnel ali, uma escapatória de água que conseguisse levar água para a vala real. Foi interessante e, se calhar, é uma solução porque isto é crónico.

E só mais uma nota, queria também aqui referir que tenho a certeza de que todos acompanhamos isto, mas hoje é um dia triste, a morte da Cláudia Isabel, uma pessoa que,

 não sendo de Quarteira, frequentava muito Quarteira. Muitos de nós havemos de conhecer. Uma jovem, 40 anos, é triste. Só para dar esse registo.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao senhor Rogério Ferreira.

Bancada do Bloco de Esquerda – Rogério Ferreira: Na apresentação do Deputado Ricardo, ele tocou num ponto que, de facto, deve ser tomado em atenção, que é a questão das cheias e das inundações que aqui existem. Mas há uma coisa que eu gostaria de dizer, é que também há responsabilidades por este Algarve fora. Não é só em Quarteira, porque ao longo dos anos as autarquias deixaram que se construísse sistematicamente em cima das linhas de água e isso foi uma coisa que nunca deveria ter sido permitido. Como, por exemplo, aquelas caves que existem ali em relação à frente de mar.

É que há 30 anos ou 40 anos atrás, quando alguém falava na questão do ambiente e na questão das possíveis alterações climáticas, muitas vezes não eram levados a sério, mas hoje parece que já começam a acreditar nas alterações climáticas e a achar que não temos outro planeta para viver. E a verdade é que os antigos executivos municipais, por este Algarve fora, foram responsáveis, também eles, ao deixarem que se construísse da maneira que se construiu no Algarve em cima das linhas de água.

Acompanho as palavras do Ricardo, que é tentar de uma vez por todas com essa solução que o Presidente apresentou, como se calhar outras soluções, é preciso de facto deixarmos de ser reativos e passamos a ser preventivos.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passo a palavra ao Deputado Fábio Nobre.

Bancada do Partido Socialista – Fábio Nobre: Boa noite a todos. Eu pedi a palavra apenas para, por um lado, complementar, por outro lado, responder ao meu colega deputado Ricardo Proença. Como é óbvio, concordo com ele quando diz que é importante haver mais coisas para os jovens, porque por muitos fatores, um dos quais pelo facto de Quarteira ser uma freguesia muito jovem também. E talvez, se fosse possível que a Junta de Freguesia pudesse fazer algo pelos jovens, diretamente ou indiretamente, já era um grande apoio. A Junta de Freguesia colabora com associações e eu sei de forma mais

próxima, como a Associação Juvenil Acredita em Ti, que organizou já muitas ações de voluntariado, limpeza de praias, limpeza de bairro, sensibilizar também para alguns tópicos importantes. Existem instituições importantes, como por exemplo, a Academia do Saber, que é dirigida para pessoas idosas. No entanto, também tem muitos professores jovens. Eu sou um exemplo disso, assim como o professor voluntário João Carlos Santos, nosso colega. Portanto, esta tentativa de criar sinergias entre várias idades é muito interessante.


Além disso, através dos clubes e das várias possibilidades que existem para os jovens ingressarem, a Junta de Freguesia tem de escolher sempre um pouco do que fazer. É verdade que sabemos que este executivo tem estado muito ocupado nos últimos tempos com a questão da descentralização e da transferência de competências, mas acho que a Junta pode ser um elo importante como um pólo agregador de ideias.

Queria apenas sublinhar isso, concordo quando Ricardo diz que é importante garantir aos jovens possibilidades, escolhas e alternativas. Mas também não sei se a Junta conseguirá fazer assim tanto. Acho que pode fazer algumas coisas, pode ser um indicador, mas se algo que não podemos criticar é falta de trabalho por parte da junta.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao Deputado Álvaro Bota.

Bancada do Ps – Álvaro Bota: Boa noite a todos. Eu pedi a palavra só para assinalar, enquanto executante da atividade da pesca profissional, a realização do primeiro Congresso da Pequena Pesca que se realizou nesta mesma sala onde estamos presentes. Juntando dirigentes associativos de todo o país e a comunidade científica, identificando problemas, a pesca tem os seus problemas específicos. Os chefes por todo o mundo identificam o peixe português como um dos melhores do mundo e a pesca artesanal tem muita responsabilidade nisso.

De alguma forma, quero mostrar gratidão ao executivo da Junta, pelo acolhimento deste evento que eu acho que é muito importante e promove de alguma forma também a nossa Freguesia.



Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Não havendo mais pedidos de intervenção, dou a palavra ao senhor Presidente da junta para responder às questões que foram colocadas pelas bancadas.


Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Boa noite a todos. Relativamente ao PDM, nós não tivemos a intervenção do PDM agora, já tivemos no passado. Ou seja, houve uma alteração agora, da pessoa que gere o grupo de trabalho do PDM por parte da Câmara e eles voltaram a ter reuniões connosco. Há algum tempo tínhamos feito um trabalho perto das escolas para perceber o crescimento da população, que tipo de equipamentos necessários para a Freguesia em várias áreas.

O Concelho de Loulé, cresce em contraciclo com o resto do país, em termos de população e depois Quarteira, dentro do concelho de Loulé, ainda é a freguesia que mais cresce e isso também nos faz pensar que o que temos de fazer para o futuro é continuar a lutar para que possamos construir um equipamento desportivo, um pavilhão ou uma escola. Estamos a falar sempre de coisas de cerca de 10 000 m², portanto são áreas que têm algum significado e é preciso contemplarmos isso no PDM de uma forma sustentada, lutar pelas áreas que são necessárias para o crescimento de Quarteira.

Depois, no orçamento da Câmara Municipal de Loulé, nós continuamos com mais uma escola. Uma escola que eles chamam a escola de Vilamoura, mas que um edifício dentro da área da Escola D. Dinis, de forma a colmatar as necessidades que são precisas para aquela escola.

Na última Assembleia, falámos das necessidades das escolas e temos neste momento a avançar um projeto para percebermos qual era o número e salas que necessitávamos para todas as escolas da Freguesia. Falamos com a Sra. Diretora, a Professora Conceição Bernardo e com o professor Manuel Nora, e fomos ao local com um colega arquiteto para tentar fazer uma proposta de, pelo menos, de ampliação para dar resposta a essa necessidade.

Queria esclarecer uma confusão no orçamento, no empréstimo. O empréstimo tem de ser efetivamente executado até abril de 2024. O que significa que pela verba que estava no orçamento, e eu vou dar como exemplo, o mercado de Quarteira, em que a totalidade do valor do empréstimo, para o Mercado de Quarteira é de oito milhões de euros, o resto é suportado pela Câmara de Loulé.



Com o conhecimento que os técnicos têm, lançar o concurso que é um concurso internacional e iniciar esta obra, muito dificilmente se conseguiriam executar até abril de 2024. Isso aconteceu com este projeto e aconteceu com a escola também, porque ainda não existe um terreno efetivo para a escola. Embora não se consiga executar o plano de urbanização previsto, esta verba não desaparece da execução ou do planeamento que a Câmara tem para executar essa obra, mas desaparece do orçamento. Portanto, entre as obras que vão usufruir do dinheiro do empréstimo e aquilo que a Câmara vai colocar nos projetos, foi criado um equilíbrio de maneira que possam efetivamente usufruir desse empréstimo e o pavilhão da Escola D. Dinis, está incluído nesse orçamento também, no plano da Câmara.

Na minha opinião, o pavilhão, teria de ser feito noutra local, mantendo aquele existente. Caso contrário, continuamos aqui a dar sempre as mesmas respostas em termos de número e não acompanhamos o crescimento da freguesia. Mas essa é uma proposta que eu já fiz ao Presidente da Câmara.

Concordo com o Deputado Ricardo Proença e gostaria de esclarecer que quem fez um trabalho connosco das autarquias participativas, foi Nelson Dias. É uma pessoa super pró-ativa e que nos apresenta uma quantidade de projetos, considerando sempre que a juventude é transversal a todas as áreas. Enquanto o trabalho sénior e o envelhecimento ativo, são uma coisa que a nossa sociedade atual está muito focada nisso. Cada vez as pessoas vivem mais tempo e não havia atividade para estas pessoas e houve aqui um input grande de todos para conseguirmos trabalhar estes projetos.

A Juventude acaba por estar um bocado ligada a todas as áreas. Estes projetos das autarquias participativas, foram essencialmente jovens dos bairros sociais que fizeram parte dos grupos de trabalho.

Portanto, o que é que quer dizer é que quando nós temos aqui, por exemplo, os teatros que temos aqui dinamizado, na Junta de Freguesia, está cheio de jovens, o desporto, desde o surf, desde o skatepark. É um orçamento da Junta de Freguesia com empresas, mas eles trabalharam diretamente connosco na equipa. Concretizaram aquilo que eles sentem que são as suas necessidades e a Junta de Freguesia estará sempre disponível e aberta a novos projetos jovens.

Sobre as inundações, tenho a dizer que nós nunca, ou muito dificilmente, vamos conseguir combater, porque leva muito tempo, a forma como o urbanismo está feito, como se construiu.

July
A.
SM

Depois de várias reuniões com várias equipas locais, proteção civil, bombeiros, técnicos da Câmara, uma das conclusões que chegamos é que é necessário encaminhar a água pluvial ou para o porto de pesca ou para a vala real que é por ali que se faz o escoamento natural das águas pluviais. Se tiver marés cheias vivas, nunca vai escoar. Não sei qual a solução que poderemos arranjar de forma a mitigar estes fenómenos da natureza, que são cada vez mais recorrentes.

Relativamente ao terreno das quartas-feiras, tem sido um processo muito complicado. Este e o Casino velho são áreas interessantes para nós. Aquele em termos de edifício histórico, por tudo aquilo que traz da nossa história, da nossa cultura e que foi adquirido. Acho que o terreno vai ser uma zona de descompressão da frente de mar, até porque queremos avançar com o projeto da Av. Infante Sagres, já temos o primeiro estudo e é importantíssimo porque de alguma forma vai dar-nos margem para podermos fazer mais qualquer coisa.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao senhor deputado Rogério Ferreira.

Bancada do Bloco de Esquerda – Rogério Ferreira: O Pavilhão da Escola Dinis, lembro-me de ele estar naquela lista que foi apresentada à Assembleia Municipal para ser aprovado. Pode fazer parte do orçamento, para recuperação daquele pavilhão, mas não faz parte da segunda lista. Eu percebo a tentativa de aproveitar o dinheiro. Mas quando se pediu um empréstimo, já sabia qual era o tempo que se iria ter para gastar o dinheiro e se não se sabia, então alguma coisa falhou.

Acho muito interessante que tenha sido retirada a Escola do Morgadinho, que estava prometida juntamente com a creche que já começou. É estranho transferir para uma escola em Loulé, verba para uma escola e está praticamente acabada. Como também não entendi porque já estava em execução que se tivesse passado parte dessa verba para o Pavilhão de Almancil, porque na primeira relação, nem o pavilhão de Almancil, que já está em execução há uns tempos, fazia parte dessa lista.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao Sr. deputado Ricardo Proença

Bancada do Partido Social Democrata – Ricardo Proença: Gostaria só de questionar se o Sr. Presidente têm tido conhecimento dos constrangimentos que o Pavilhão da Escola D. Dinis, tem dado nos últimos tempos. Começou agora o inverno e, segundo sei, até algumas atividades desportivas têm sido canceladas ao ponto de algumas pessoas até se recusarem a praticar desporto lá no pavilhão. Tenta-se que se abram as janelas para que circule algum ar dentro do pavilhão para que seque a humidade que existe lá dentro, e tem havido alguns constrangimentos nesse sentido. Pergunto sobre a última a conversa que houve aqui, em que havia uma previsão de uma obra no valor de cerca de 600 000,00€ (seiscentos mil euros), para quando é que está mesmo previsto?

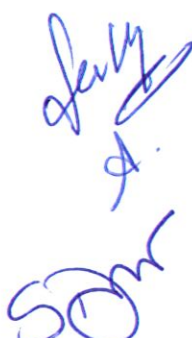
Também eu sou da opinião do que o Sr. Presidente disse anteriormente, acho que aquilo é um pavilhão que deve ser reaproveitado, aquela política de deitar abaixo e montasse um novo, não faz sentido e, portanto, tendo em conta a dinâmica de Quarteira, seria mais um plano B que teríamos ali.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passo a palavra ao senhor Presidente da Junta para responder às questões.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Não se substitui uma escola de Loulé, nem em Loulé, nem em lado nenhum. Todas elas são para fazer porque a necessidade é em todo o lado e é transferida a verba. Para haver alterações das obras teve que haver uma consulta ao Tribunal de contas e não se deve arriscar o facto de depois não poder investir porque de uma maneira ou de outra o equilíbrio está lá. Ou seja, com dinheiro municipal numa das obras, as obras são para acontecer. Portanto, eu acho é que se deve garantir que efetivamente não se perde a verba.

Temos conhecimento de uma quantidade de constrangimentos e problemas que a Escola D. Dinis tem no pavilhão e já abordámos até à Câmara municipal nesse sentido. Eu também sou de acordo que se faça a intervenção já e que se ponha o pavilhão a funcionar e depois logo se pensa no outro novo.

Só quero acrescentar que relativamente às cheias, a Junta de Freguesia já preparou as equipas para ter alguém de serviço, em piquete para intervir, num trabalho coordenado com a proteção civil, com os bombeiros e com a Câmara. Ou seja, há uma quantidade de entidades estão disponíveis de forma a tentar diminuir ou pelo menos prevenir os impactos mais negativos.


Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Não havendo mais pedidos de intervenção, passamos então agora ao período da ordem do dia. Alínea A - Discussão e aprovação dos documentos provisionais do ano 2023, o orçamento da despesa e da receita, o resumo do orçamento, plano plurianual de investimentos, o mapa de pessoal da Junta de Freguesia e o Plano de recrutamento de pessoal da Junta de Freguesia.


Relativamente a este ponto e por solicitação do executivo da Junta de Freguesia, pergunto às bancadas se tem alguma objeção que estes documentos provisionais sejam apresentados em conjunto, mas que a sua aprovação seja individual. Não existindo nenhuma objeção, passo a palavra ao senhor Presidente da Junta para apresentação.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Vou fazer uma apresentação muito breve, mas vou tentar com os grandes números explicar pelo menos aquilo que são assim os valores mais impactantes. Este orçamento é uma previsão ainda sem o saldo da conta de gerência inseridos.

Este ano temos um orçamento no valor de 4 000 697 931,81€ (quatro milhões seiscentos e noventa e sete mil novecentos e trinta e um euros e oitenta e um cêntimos). Trazemos aqui estes números um pouco também para falar desta regra do equilíbrio orçamental normalmente que temos que é não ter mais valor em despesa do que temos em receita corrente. Mas por aqui podemos ver os valores que temos em capital corrente para este orçamento deste ano.

Há um ponto que eu quero focar porque é importante nós percebermos a dinâmica que a Junta tem. Ao olhar para estes valores absolutos do orçamento, percebemos que são valores muito grandes e parece que a Junta tem a capacidade para fazer todo o tipo de investimento e tudo aquilo que quiser. A Junta de Freguesia tem orçamentos de receita própria de 421 610,00€ (quatrocentos e vinte e um mil seiscentos e dez euros), mas também, dentro deste valor, temos cerca de 110 000,00€ (cento e dez mil euros), que são das atividades económicas. Eu gosto de diferenciar o valor das atividades económicas porque existe uma verba que veio da transferência de competência especificamente para a gestão de áreas como as atividades económicas.

É importante perceberem e eu estive recentemente numa reunião da Anafre, da qual eu faço parte dos órgãos, represento, no fundo, o Algarve na Associação Nacional de Freguesias e um dos problemas que era transversal a todas as Juntas de Freguesia é que a



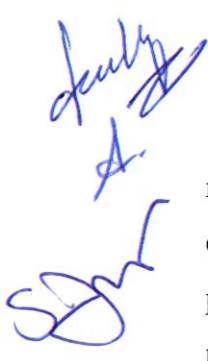
receita das Juntas de Freguesia vem essencialmente dos Municípios. É um problema colocado por todos os presidentes, desde o norte ao sul do país. O que é que se reivindicava é que essas verbas viessem diretamente e que fossem receitas diretamente das Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal de Loulé suportou a maior parte das despesas da Junta de Freguesia, e tem suportado de todas as Juntas de Freguesia, durante anos. Se nós só recebemos do Governo Central, o financiamento do fundo de freguesias de 171 869,00€ (cento e setenta e um mil oitocentos e sessenta e nove euros) anuais, não é uma verba que dê para a nossa gestão.

Depois, temos 18 000,00€ (dezoito mil euros) que é uma verba para compensar. Temos o regime de permanência a tempo inteiro que isto é só alocado àquilo que é a verba do vencimento do Presidente da Junta. E temos os dois milhões e meio que eu não considero como uma verba que esteja aqui para o nosso funcionamento porque ela vem diretamente da DGAL e é uma verba que foi subtraída àquilo que era a parte financeira, ou seja, os ativos da Câmara Municipal. Esta verba porque está afeta às outras transferências que nós adquirimos da Câmara, como limpeza urbana, espaços verdes e outras.

Quando as Câmaras transferem verbas para as Juntas de Freguesia, para a transferência de competências, as freguesias não arranjam outras verbas, outras receitas. Estas são as únicas receitas que têm. Nós conseguimos negociar a transferência de competências com a Câmara Municipal de Loulé em 2020. Nos anos seguintes nós temos o aumento da inflação. O aumento das despesas que caíram sobre as Juntas de Freguesia, sobre todos no fundo, com matérias-primas, combustíveis, como toda a gestão que é feita na Junta de Freguesia, foi exponencial.

Nós, neste momento, estamos a preparar um documento para falar com a Câmara porque não temos forma de ir buscar outras verbas, só se o estado obrigasse a que se calhar o IMI e uma parte do IMT viesse diretamente para as Juntas de Freguesia, mas isso prejudicava também aqui Juntas do interior. Era preciso perceber como é que se poderia arranjar outras formas de financiamento. A Câmara Municipal de Loulé estima ter no próximo ano oitenta milhões em IMT e se forem ver as vendas dos imóveis não é muito superior àquilo que era no ano passado, mas todos os imóveis superiores a um milhão de euros, sofreram alterações de impostos pelo Estado e a Câmara consegue ir buscar mais esta verba, mas nós nas freguesias, não conseguimos fazê-lo.

Eu sou um defensor que as Câmaras têm de começar a trabalhar cada vez mais em conjunto com as Juntas. A contratação pública não é fácil e nós temos tentado ter o




máximo de transparência possível e sei o trabalho que temos vindo a fazer, mas a verdade é que temos de utilizar cada vez mais as autarquias para poder fazer a gestão de proximidade. As contratações públicas estão feitas para os governos centrais, deixam-nos margem e tiram-nos a elasticidade para aquilo que fazemos no dia a dia. E era mais importante que as Câmaras começassem mesmo a utilizar as Juntas de Freguesia para fazer todo o tipo de manutenção e até obras, como nós temos aquele edifício na Praça do Mar.

Temos aqui as verbas que vêm da Câmara Municipal, os 161 352,26€ (cento e sessenta e um mil trezentos e cinquenta e dois euros e vinte e seis cêntimos), que é a ajuda ao funcionamento da Junta de Freguesia. Este valor de cerca de doze mil euros, têm a ver com algumas atividades que são feitas na Freguesia e que muitas vezes nós conseguimos mais facilmente fazer a contratação destes serviços, mas que são ações que deviam ser da Câmara Municipal de Loulé. Eu vou dar um exemplo, como a Feira de Verão precisou da intervenção de eletricitista, entre outros e nós fizemos essas obras, mas depois a Câmara compensa-nos com esta verba que é transferida durante o contrato.

Recebemos 36 000,00€ (trinta e seis mil euros), porque nós fazemos a gestão do auditório que está sempre em constante atividade e é necessário ter funcionários que possam dar apoio ao Auditório, inclusive aos fins de semana, para além de todo o investimento que temos feito aqui, em som, em iluminação e em ar condicionado de forma a dar melhor qualidade às nossas atividades.

Temos aqui um apoio aos cemitérios, porque é uma área deficitária para nós e a Câmara, também nos dá um acordo de 98 000,00€ (noventa e oito mil euros) e temos 230 000,00€ (duzentos e trinta mil euros), para o gabinete sociocultural. Neste gabinete, temos sete pessoas afetas a esse gabinete e temos toda aquela panóplia de serviços que vocês viram no outro dia e isso faz com que a Câmara saiba que nós fazemos no fundo um trabalho complementar àquilo que a Câmara faz na parte social. Trouxemos para Quarteira todas essas entidades, como a Associação Oncológica do Algarve, Asmal com as suas formações do 12º ano entre outras. Todas estas atividades que temos partem deste gabinete, mas este gabinete paga-se a ele próprio, ou seja, a verba que aqui está inclui também as cerca de 6 000 refeições que fazemos anuais e como complemento ao serviço da Fundação António Aleixo.

As Juntas de freguesia sempre tiveram o apoio da Câmara, era menor do que este, mas foi sendo atualizado durante estes anos e agora são os cerca de quatrocentos mil euros




que, nos deu capacidade para fazer uma quantidade de projetos como nós vamos ver no plano no PPI (Plano Plurianual de Investimentos). Referir esta verba de 420 231,63 € (quatrocentos e vinte mil duzentos e trinta e um mil euros e sessenta e três cêntimos) que é do edifício da Praça do Mar que ainda está na fase de execução e que esperamos que nos primeiros três meses deste ano, já seja entregue à Junta de Freguesia.

Quando falo destas receitas, realmente são quatro milhões, que muitas vezes se traduzem em serviços que nós temos tentado responder às necessidades da população e não sobra dinheiro para grandes investimentos.

Relativamente ao nosso quadro de pessoal este ano é o mesmo e o que temos programado para contratação pública a única coisa que alterou, é que este ano vamos ter uma despesa maior com pessoal, cerca de um milhão setecentos e oitenta e um mil euros, que contempla também as despesas e a aquisição de bens e serviços, porque se não tivermos pessoas para trabalhar, temos serviços e a diferença é que o pessoal pode entrar no quadro e ser uma despesa permanente. Os serviços podem não ter esse compromisso, mas que são necessários e também saem muito mais caros do que às vezes termos os nossos próprios recursos para fazer todas as intervenções necessárias.

Quando nos referimos às despesas com pessoal, de facto nos últimos anos houve um aumento significativo daquilo que são recursos humanos na função pública. O Plano de Recrutamento, que nós iniciámos neste final de ano de 2022 e podemos ver que queremos iniciar os assistentes operacionais este ano. A única alteração que houve relativamente aos recursos humanos do ano passado para este ano, foi que todos estes recursos operacionais que nós vamos contratar agora para os novos serviços em vez de entrarem para o quadro permanentemente, vão entrar na situação de contratos a termo certo ou seja contrato a 3 anos de forma a analisarmos como o mercado vai oscilar de futuro, para que possamos perceber o que é que podemos fazer depois.

Depois, aqui temos outras grandes rubricas que também queremos apresentar na aquisição de bens e serviços e comércio. Começo pela limpeza e higiene urbana. Neste momento, estamos a equacionar despesas para limpeza e higiene urbana que são poucas despesas, mas são as despesas que temos com a SUMA. Estamos a equacionar 189.000,00€ (cento e oitenta e nove mil euros) até maio, quando acaba o contrato. É importante todos saberem que muito em breve poderemos ter um processo jurídico com a SUMA, porque, desde que veio para cá em janeiro deste ano, não cumpriu com os recursos como nós queríamos. Temos feito uma fiscalização desde manhã cedo, quando eles começam a



trabalhar, até ao fim, e nós não nos disponibilizamos para pagar aquilo que era exigido. O que aconteceu foi que pagamos só a verba que detetámos que, no fundo, eles tinham realizado durante este ano.

Depois, temos outro ponto para esclarecer que nós estamos num processo de início de conversa com a Câmara Municipal de Loulé, para percebermos certos valores. A Algar cobrava 32,90€ (trinta e dois euros e noventa cêntimos) acrescido de taxa, por cada tonelada de resíduos e monstros (lixos à volta dos contentores). Passou o valor para 68,00€ (sessenta e oito euros), por tonelada e este ano será 83,00€ (oitenta e três euros) por tonelada, acrescido de taxa. Quando negociámos isto com a Câmara, o processo tinha um custo de 32,90€ (trinta e dois euros e noventa cêntimos) e neste momento, algo que estimávamos pagar no máximo 50.000,00€ (cinquenta mil euros), estamos a pagar 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) à Algar.

Dividimos Quarteira em três lotes e lançámos uma consulta preliminar ao mercado, convidando empresas para dar valores para os lotes. O objetivo é perceber os valores de cada lote e adjudicá-los a empresas de limpeza diferentes, não permitindo que uma empresa concorra aos três lotes. Queremos ficar com um lote para ter sempre uma equipa nossa a funcionar e fazer esse serviço, e os outros dois lotes adjudicados fora, na esperança de que pequenas empresas locais possam concorrer e tirarmos mais benefícios disso.

Para 2023, estamos a equacionar 975.000,00€ (novecentos e setenta e cinco mil euros) para a adjudicação dos lotes de limpeza urbana e Suma. Depois, temos estudos, pareceres, projetos e consultoria. Temos processos de recrutamento, com uma empresa a contratar recursos humanos, serviços de consultoria contabilística, jurídica e informática. Também temos projetos de arquitetura paisagística e do cemitério, que vamos terminar este ano.

Temos uma verba de 130.000,00€ (cento e trinta mil euros) para outros trabalhos especializados que incluem serviços de canalização, eletricitas, serralheiros e espaços verdes. Para serviços recreativos, culturais e desportivos, estimamos 100.000,00€ (cem mil euros), para atividades promovidas ou apoiadas por nós, com cerca de 200 acontecimentos por ano.

Apoiamos instituições educacionais, culturais, desportivas e sociais, considerando também 6.000,00€ (seis mil euros) que damos à cantina social. Desde 2013, constituímos a Comissão de Freguesia, para melhorar a troca de informações entre instituições.

Queremos ser um complemento às instituições locais e não nos sobrepormos aos apoios das associações e instituições locais. Temos, no fundo, uma forma de trabalhar em conjunto e em rede, mas não somos nós aqui as entidades que apoiam diretamente, só quando é necessário e em complemento sempre com a Câmara, a Cantina Social, as “Mãozinhas Solidárias” e todas as instituições que trabalham aqui na freguesia.

Por fim, o Plano Plurianual de Investimentos, temos aqui contabilizado ainda o restante valor do edifício. Temos as bermas e valetas e que a maior parte destes trabalhos são de reabilitação e manutenção. Depois, temos aqui algumas obras que ainda não terminaram e que transitam para este ano, como o Parque das Atividades e Bem-Estar das Pereiras e o Passeio das Dunas, o campo de Basquete, está praticamente terminado.

Relativamente a outros valores como o da “Cesta do Peixe” que é um valor ainda residual, mas agora já conseguimos negociar mais um armazém no Porto de Pesca e temos o projeto feito. Portanto, agora é perceber o valor da execução daquela obra e a compra da carrinha. Deixamos aqui este valor de 10.000,00€ (dez mil euros) que não será suficiente, mas pelo menos fica aqui residual para podermos aumentar a rubrica depois.

Precisamos também do apoio para a Câmara porque a Junta já suportou o projeto de arquitetura da Avenida Infante Sagres, mas agora precisamos de começar com as especialidades.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Têm a palavra o Senhor deputado Vítor Duro.

Bancada do PSD – Vítor Duro: Gostaria de perguntar pelo valor da limpeza, porque o ano passado estava 778.000,00 (setecentos e setenta e oito mil euros) e este ano está 975.000,00€ (novecentos e setenta e cinco mil euros) e considerando que os valores para a SUMA, não estavam a ser pagos, o que é que estávamos a considerar para o ano, mas o Sr. Presidente já me esclareceu, Obrigado.

Relativamente a este orçamento, há um ano, o PSD votou contra o orçamento de 2022, maioritariamente devido ao excesso de peso da rubrica “despesas com pessoal” e ao plano de recrutamento da junta. Invocamos que a despesa com pessoal tende a crescer ano após ano, em virtude dos aumentos e progressões na carreira, justos, diga-se de passagem. Todos devem ter direito, e essa despesa passa de ano para ano, atravessando mandatos e até ciclos políticos. Também alertamos que a receita da junta não tem grande margem para crescer nas condições expectáveis, pois baseia-se em contratos para serem alterados

ou aumentados, carecendo de negociações que, como sabemos, por vezes são complicadas.

Assim, o peso da rubrica “despesa com pessoal” tende a ser cada vez maior a cada orçamento. Em 2022, a junta iria gastar 43% da receita corrente com despesas de pessoal. Neste orçamento de 2023, o rácio sobe para 46,5% e aproxima-se rapidamente dos 50%. O orçamento geral diminuiu, era previsível, com menos verbas relativas à transferência de competências e verbas únicas que não são para comprar carros, etc. Verifica-se uma ligeira subida da receita corrente, 100 000,00€ (cem mil euros), através de uma previsão do aumento das taxas e multas, assim como venda de bens e serviços.

Em 2022, a junta cumpriu com o equilíbrio orçamental, com uma margem de 260.000,00€ (duzentos e sessenta mil euros). O senhor Presidente falava há pouco sobre a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes. Em 2023, temos apenas 30 000,00€ (trinta mil euros) nesta margem. E isso, obviamente, está tudo interligado. A nossa preocupação em 2022 era grande com as consequências do plano de recrutamento da junta, e as preocupações hoje são ainda maiores. Por este andar, no próximo ano, já não iremos conseguir cumprir com as regras, sem prejuízo de outras rubricas, nomeadamente aquisição de bens e serviços no investimento.

Falando em investimento, aqui também temos críticas a fazer. Este documento mostra que as despesas de capital, ou seja, de investimento, descem de 1.552.000,00€ (um milhão quinhentos e cinquenta e dois mil euros) para 890 000,00€ (oitocentos e noventa mil euros). E ainda assim, quase todo o valor são de grandes rubricas que transitam do ano passado. O exemplo dos 420.000,00€ (quatrocentos e vinte mil euros) do novo edifício da junta, o parque de atividades das pereiras e o passeio das dunas, só estes fazem 570.000,00€ (quinhentos e setenta mil euros) dos 890.000,00€ (oitocentos e noventa mil euros), que estão no plano plurianual de investimentos.

Para esta bancada, o momento apresentado pela votação não é um orçamento prudente e compromete seriamente a capacidade de investimento pelos anos futuros. Tem um plano plurianual de investimento que não está de acordo com as nossas expectativas e carece aqui de uma maior iniciativa na atuação da junta de freguesia. Com as maiores obras deste plano plurianual de investimentos a transitarem do ano passado, esperávamos e desejávamos um plano plurianual de investimentos muito mais ambicioso. Resta esperar que o saldo gerente deste ano possa sofrer significativas melhorias.

Há muito que pode ser feito por meio de exigências à Câmara, por meio de contratos interadministrativos, mas também algo que se pode fazer dentro das competências próprias da junta de freguesia. Pelo que apelamos ao executivo que abandone a política de contratação que consideramos desproporcionada e utilizo muito mais a subcontratação para serviços, o que permite uma maior autonomia de escolha e, conseqüentemente, uma maior capacidade de investimento, seja em obras e atividades socioculturais, desportivas, apoios a instituições ou clubes da terra.

No mapa de pessoal, aparecem 55 vagas, das 83 vagas a preencher com trabalho a termo certo. Os nossos alertas foram ouvidos pelo executivo, e, tal como foi afluído pelo Senhor Presidente, na Assembleia anterior, que pensa usar no futuro a contratação de serviços para algumas áreas. Para nós, isso é um excelente sinal, considerando o peso excessivo e crescente das despesas com pessoal e o Plano plurianual de investimentos, apresentado hoje, não nos deixam alternativa senão dar o nosso voto desfavorável a este orçamento.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Eu comecei a explicar, o que são as receitas da junta efetivamente. Quando falamos de investimento, é preciso ter cuidado para perceber o que é investimento. O que uma Junta de Freguesia pode fazer? Se há uma coisa que esta Junta conseguiu fazer foi ganhar capacidade técnica com os recursos humanos para conseguir buscar verba à Câmara para executar e fazer investimentos. A Junta de Freguesia não tem capacidade para fazer investimento, o que tinha antes era residual. O investimento era feito totalmente pela Câmara Municipal de Loulé, tirando pequenas intervenções. Neste momento, a Junta de Freguesia de Quarteira fez um investimento de uma obra de cerca de um milhão de euros. Facilmente consigo fazer um equilíbrio orçamental, basta-nos só não fazer investimento em projetos que são estruturantes e que vão fazer parte do orçamento futuro.

Na rubrica de projetos e estudos e pareceres, onde temos cerca de cem mil euros para projetos, eu só faço porque existe verba. Estes projetos eu não poderia considerá-los no investimento de capital se não houvesse verba, não o faria. Estão aqui 11 projetos contemplados, incluindo o projeto de execução da Casa Mortuária, no cemitério.

Jury
Som


A Junta de Freguesia de Quarteira tem verbas fixas, não voláteis que suportam estas despesas principais. A Junta de Freguesia de Quarteira e todas as Juntas são autênticos servidores públicos de serviço e não têm grande capacidade para fazer obras ou não têm nenhuma. Eu apresentei aqui para vocês perceberem que quando nós fazemos a aposta na parte social e cultural, que corresponde a mais de 6.000 serviços no Espaço Cidadão. Temos três funcionários exigidos, mas estamos a prestar mais de 6000 serviços a pessoas que não se deslocam daqui a Loulé, Faro e outras localidades, para resolver os seus assuntos. Este é um investimento que temos capacidade para fazer. Poderíamos investir em estradas, mas preferimos investir nas pessoas.

A apresentação que fizemos no Dia do Estado da Freguesia não teria sido possível sem as centenas de pessoas com quem trabalhamos. Contratar serviços externos para projetos sociais e culturais não é uma opção. No entanto, contratamos serviços para espaços verdes e limpeza urbana, onde ainda conseguimos fazer alguma gestão. Os 10 funcionários que temos são essenciais para prestar o serviço que a população tem visto. A limpeza urbana é um exemplo. Se quisermos oferecer um serviço de qualidade à população, é difícil fazê-lo através de contratação externa.

Somos uma referência em termos de trabalho sociocultural na região. O crescimento da Junta de Freguesia e os edifícios que conseguimos adquirir, fornecidos pela Câmara Municipal de Loulé, estão a ser utilizados para o benefício da população. As obras só foram possíveis graças à verba da Câmara. As receitas da Junta de Freguesia não nos permitem investir sem discutir contratos administrativos. A Fundação António Aleixo, por exemplo, tem um limite de 75% do orçamento da receita para recursos humanos, pois não tem receitas próprias. Nós mantemos a coerência e o equilíbrio. O crescimento dos recursos humanos só é possível graças a investimentos em conhecimento técnico e à gestão responsável.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao Senhor Deputado Rogério Ferreira.

Bancada do Bloco de Esquerda: Rogério Ferreira: Gostaria de saber se há alguma previsão de qual vai ser o saldo de gerência a incorporar? Em relação à transferência de competências e ao que o senhor Presidente mencionou sobre renegociação devido aos aumentos excessivos nos combustíveis. E em relação à questão do que pode acontecer,



com a SUMA e eu alertei isso várias vezes, o que eu lamento é que durante todo este tempo em que SUMA cá esteve, nunca tenha sido feito o trabalho que deveria ter sido feito e a responsabilidade era da Câmara, não da Junta, de fazer o trabalho e de fiscalizar de forma a saber se estavam ou não a cumprir o caderno de encargos, porque isto não é de agora. Lamento que, numa altura em que se discutia o processo de transferência de competências para a Junta de Freguesia de Quarteira, se tenha renovado o contrato com a SUMA, tendo o conhecimento que trabalham mal. Acima de tudo, não cumpre o caderno de encargos, e isso é responsabilidade do executivo camarário, que não fez o trabalho que deveria ter feito. Deviam ter feito relatórios e fiscalizar se estavam ou não a cumprir o caderno de encargos ao receber os dinheiros públicos.

Em relação a este orçamento e à maneira como ele é apresentado, parece-me que os orçamentos têm sido apresentados de uma maneira em que já se consegue perceber melhor, até pela explicação sobre cada item, permite que todas as pessoas entendam.

Há uma coisa que eu falei aqui, embora isso diga respeito à Câmara, quando eu falei na questão do fundo de emergência social que é necessário, na minha opinião, criar para 2023, porque, na minha opinião, o país pode entrar em recessão. Este orçamento de Estado foi feito numa base com uma inflação de 7.4%, e que agora já está nos dois dígitos. É aí que a Câmara terá de atuar. E deve haver, da parte das Juntas de Freguesia, alguma pressão junto do Executivo Camarário também, para ser criado um fundo de emergência. Essa é a vossa obrigação, enquanto representantes da população, enquanto eleitos pela população, pressionar junto da Câmara para que se crie isso e que trabalhe em conjunto com as Juntas de Freguesia. Vão ter de começar a entregar verbas às Junta de Freguesia para fazerem as obras necessárias. Venho falando há anos sobre a questão da mobilidade, e a junta de freguesia, se tivesse recebido o dinheiro do executivo municipal, já poderia ter resolvido algumas questões de mobilidade aqui em Quarteira. Essa responsabilidade é, de facto, do executivo municipal, e os executivos municipais têm de trabalhar com as juntas de freguesia.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Tem a palavra o Senhor deputado Fábio Nobre.


Bancada do Partido Socialista – Fábio Nobre: Conforme o meu colega deputado Rogério, falou sobre a transparência na apresentação do orçamento e a apresentação por

duro
d.
CTD

parte do Presidente, que possibilita uma discussão sem subterfúgios, uma discussão séria em que as pessoas podem perceber as questões e colocar as suas dúvidas. Eu pensava que isso era parecido no país todo, mas, falando com um amigo meu que é deputado na Assembleia de Freguesia da Figueira da Foz, fiquei chocado porque a transparência lá não é nem de longe parecida com a que temos aqui. Isso é de louvar, especialmente em orçamentos antigos onde grandes somas ficavam escondidas em rubricas complicadas. Aqui, isso não aconteceu. Concorde-se ou não com algumas escolhas, ou investimentos planeados, ninguém pode questionar a transparência na apresentação. Com isso, ganhamos todos: ganha a democracia, ganham as pessoas, e é um hábito que deve ficar enraizado em todos nós.

Segundo, o que o meu colega deputado Vítor Duro mencionou a preocupação com o estado centralizador que acaba por centralizar muitos serviços. Não me parece que seja o caso aqui. O senhor Presidente deu explicações que fazem todo o sentido. Podemos olhar para a contratação pública como uma despesa ou como um investimento. Se contratamos pessoas com capacidade técnica, conferimos mais possibilidades à junta do que anteriormente, o que pode ser profícuo para todos. A junta, com maior capacidade técnica, pode preparar projetos para apresentar à Câmara, acelerando o desenvolvimento para construções mais físicas e óbvias. Muitas vezes, essas coisas são feitas nos bastidores, e as pessoas não percebem o trabalho envolvido. Portanto, pode ser visto como um investimento.

Outro exemplo é a fiscalização, que, foi com a SUMA e que pode até poupar recursos, pois a junta não terá de pagar tudo o que a SUMA exige, portanto, a subcontratação de serviços é muitas vezes uma alternativa viável. O Presidente mencionou a divisão de loteamentos em três, onde a junta se encarregava de um e procurava empresas locais para garantir os outros dois. Acho que deve haver diálogo entre público e privado, e não me parece que isso seja um aglutinador do privado. Com maior capacidade para realizar projetos, a junta vai possibilitar uma maior capacidade para realizar projetos e possibilitar uma maior dinâmica. No fundo o que a Junta está a fazer, é avançar trabalho que, se fosse feito pela Câmara Municipal de Loulé, demoraria mais pela centralização. Acho que a descentralização, se bem feita, é vantajosa para todos, porque garante, neste caso, às Juntas, que são a primeira instância de proximidade à população, perceber melhor, auscultar melhor quais são os desejos, quais são os receios, e aí tentar atuar em consonância.



Podemos olhar como uma despesa ou perceber as vantagens que vêm a médio e longo prazo, que poderão ajudar a tornar a freguesia de Quarteira mais dinâmica, mais capaz de responder às pessoas de forma mais célere, e também preparar aquelas obras que são de médio e longo prazo e que têm de encaixar numa visão mais longa daquilo que queremos para a nossa freguesia.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Tem a palavra o senhor deputado Ricardo Proença.

Bancada do PSD – Ricardo Proença: Só queria referir que os últimos orçamentos pecam por demasiada continuidade de sucessivas necessidades que Quarteira tem e que estão diagnosticadas há anos. Sei que estamos a discutir o orçamento da Junta de Freguesia de Quarteira, mas olhando para o plano de investimentos do Município de Loulé, imensos projetos estão projetados para Quarteira só em 2024 é que muitos vão arrancar. Alguns já estão a avançar, é verdade, mas é mais nesse sentido que dizemos que devia haver um rasto diferente nos orçamentos para que certas necessidades que existem na Freguesia ao longo dos anos e que estão identificadas, vocês próprios quando concorreram em 2013 identificaram problemas na Freguesia e, na minha opinião, muitos ainda continuam. É mais nesse sentido que é demasiada continuidade. Falta o centro Cultural em Quarteira e falta um Pavilhão Multiusos e Desportivo em Quarteira.

Relativamente à questão do Fábio, a questão da transparência, isso também adveio da lei 73/2013, que é o regime financeiro das autarquias locais, e da implementação a partir de 2018 do sistema de normalização contabilística das administrações públicas, que obrigam a que haja esta transparência no reporte e na parte da orçamentação e apresentação de orçamentos. Claro que essa rubrica dos “outros” neste momento é irrisória, há muitos anos que já não é quase utilizada. Existem “outros”, como é óbvio, mas são muito específicas, por exemplo, limpeza e higiene. A conta mãe especifica o que é, e por baixo são especificadas outras rubricas que podem ser consideradas “outras”, mas que fazem parte daquela, por exemplo, limpeza e higiene.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passo a palavra ao senhor deputado Vítor Duro.


Faly
A
Sch

Bancada do PSD – Vítor Duro: O que achamos é que o plano de contratações que está a ser proposto desde o ano passado é demasiado vasto e está a retirar recursos para outras rubricas que poderiam fazer mais falta. É só isto, é uma questão de escolha. O senhor Presidente estava a explicar bem a tipologia de receitas da Junta de Freguesia, é uma coisa relativamente rígida. Temos de arranjar outros contratos com a Câmara, outra coisa qualquer para poder vir mais algum dinheiro, umas receitas de capital, qualquer coisa para fazer uma obra. É uma coisa muito específica e não é fácil vir mais dinheiro, mexer muito no orçamento. Como o senhor Presidente estava a dizer, mesmo agora, se continuamos a ter inflação em Portugal, ou mesmo não tendo inflação, se os ordenados mínimos e médios em Portugal continuarem a subir, e as carreiras na função pública, e acho muito bem que sim, porque as pessoas recebem relativamente pouco dinheiro. Mas se vão receber mais, quer dizer que a rubrica com despesas de pessoal vai subir ainda mais, imaginemos 7, 8, 10 por cento e são verbas que vamos ter de retirar de outro lado.

Um bom exemplo de contratação seria fora, porque se a Junta de Freguesia ou qualquer outra entidade contratar trabalhadores para fazer tudo e mais alguma coisa lá dentro, quer dizer que gasta o dinheiro todo em recursos e depois sobra pouco para o resto. Estou a falar que, na minha opinião, e na opinião do PSD, deveriam fazer uma maior parceria entre público e privado, não é preciso ter tanto dentro de casa, porque podemos contratar lá fora algumas coisas que, embora sendo mais caro, a qualquer momento que não seja tão necessário, posso não fazer esta para fazer outra. Tenho uma maior opção de escolha na contratação. Achamos que o plano é demasiado ambicioso e está a levar demasiados recursos do orçamento da junta, que é demasiado rígido.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao senhor Presidente.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Gostaria de esclarecer que fomos nós próprios que não quisemos assumir a SUMA. Discutimos e fechamos a transferência de competências em outubro de 2020, mais ou menos, e a Câmara tinha de lançar até final do ano o concurso porque a contratação com a SUMA terminava no final de março de 2021. Não tínhamos capacidade para receber uma dimensão destas, nem em termos de equipamentos para comprar uma varredora como temos agora, arranjar recursos, ter técnicos ou pessoas que pudessem agarrar neste processo como deve ser. Preferimos fazer



um misto, começar a organizar as nossas equipas, mas ter a SUMA que, na pior das hipóteses, faria o trabalho que vinha a fazer até agora. Não tínhamos capacidade para assumir isso logo de rajada. Outra coisa, a Junta de Freguesia, tornou-se destacadamente a referência no Algarve, uma das maiores Juntas de Freguesia, em termos de serviços prestados, em termos de proximidade à comunidade. Não há exageros, nem temos posto em causa o orçamento da Junta de Freguesia, com os recursos humanos que temos. Sem estes recursos técnicos, não há executivo nenhum que trabalhe, mesmo para contratar fora. Todos esses procedimentos para fazer uma consulta preliminar ao mercado, como fizemos agora, precisam de um know-how da parte dos técnicos da junta.



É preciso percebermos que temos as contas equilibradas, sempre tivemos, mas sabemos que há momentos que temos de ser ligeiramente mais ambiciosos para conseguir fazer mais. Quando falamos naquele edifício na Praça do Mar, não é só o serviço que vai prestar à comunidade, porque já tem salas cheias, o centro de emprego está à espera para começar a fazer mais atividades lá. A capacidade que a Junta ganhou para avançar para um projeto daqueles, quase 1 milhão de euros. Não é qualquer Junta que está preparada para isso, sem os conhecimentos técnicos. Vamos aos poucos investindo desta forma, e temos as contas equilibradas.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou a palavra ao Deputado Rogério Ferreira.

Deputado do Bloco de Esquerda – Rogério Ferreira: Em relação às parcerias público-privadas, só tenho maus exemplos neste país. Cerca de 80% das receitas vêm do dinheiro público, e tenho maus exemplos neste país em relação às parcerias público-privadas. Se calhar foram mal feitas, mas já disse no orçamento anterior, em relação ao pessoal, concordo com o Fábio que temos de ver essa questão também como investimento.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Gostaria de corrigir algumas situações que têm a ver com os investimentos em 2023. Existem imensos investimentos que começam em 2022, não só 2024. O Casino Velho começa em 2023, a escola começa



em 2023, o mercado e estacionamento também para iniciar em 2023. A adaptação da GMR também está para 2023. Começam agora e espalham-se para 2024, que é o prazo da conclusão das obras

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Portanto, não havendo mais pedidos de intervenção, vou colocar a votação o Orçamento da despesa e a da receita. Foi aprovado com 12 votos a favor e 4 contra. Coloco a votação o relatório do orçamento. Foi aprovado por maioria com 13 votos a favor e 4 contra. Coloco a votação o plano plurianual de investimentos. Foi aprovado também com 13 votos a favor e 4 contra. Coloco a votação o mapa de pessoal da junta de freguesia. Foi aprovado por 13 votos a favor e 4 contra. Coloco a votação o último ponto, plano de recrutamento de pessoal da junta de freguesia. Foi aprovado com 13 votos a favor e 4 contra.

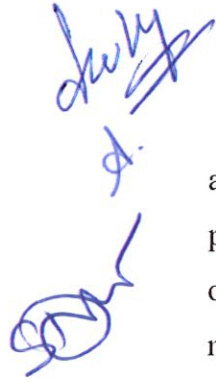
Passamos agora ao ponto da linha b) Discussão e aprovação do procedimento plurianual no âmbito do projeto de requalificação do espaço público. Passo a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação deste ponto.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Não é mais do que o contrato que tínhamos com a empresa que está a fazer a consulta prévia destes projetos de reabilitação do espaço público. Eles não terminaram até final de 2022 como queríamos, portanto, vamos prorrogar o prazo do contrato. Como passa a um projeto em dois anos económicos diferentes, temos de trazer à Assembleia para aprovação e prorrogação.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Coloco à votação a alínea b) Procedimento Plurianual no âmbito do projeto de requalificação do Espaço Público. Aprovado por unanimidade. Tem a palavra o Deputado Ricardo Proença.

Bancada do PSD – Ricardo Proença: Relativamente à execução da despesa, é manifestamente satisfatório desde a última vez que estivemos aqui a falar sobre isto. Acredito que até ao final do ano irão chegar mais faturas para assumir os compromissos feitos ao longo deste ano e que esta execução poderá chegar aos 70%.

Agora, relativamente ao plano plurianual de investimentos, eu acho que foi um pouco na sequência do que eu disse há pouco. É olhar para estes investimentos e ver que, ano após ano, continuam aqui alguns. Não consigo perceber como é que os balneários e o bar de



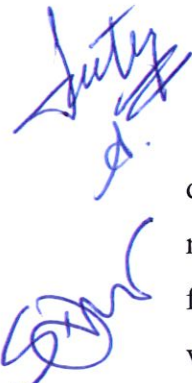
apoio do Porto de pesca ainda não está contemplado na execução orçamental. É uma problemática há anos que, por acaso, esta bancada até já falou muito sobre isso. Acho que o desafio também passa por continuarem a apostar numa palavra que vou dizer, que está no site dita por voz, humanização dos espaços públicos. Acho que muitas ruas em Quarteira, não é só a Rua da Mónica, não é só a Avenida Carlos Mota Pinto, precisam disto. Portanto, tal como eu disse anteriormente, é tentar que, ano após ano, existam estes investimentos. Eu gostei da expressão “humanização dos espaços públicos” porque, realmente, por exemplo, aquela obra na Rua da Mónica, é manifestamente interessante o que foi feito ali. Acho que, tendo em conta que estão já a projetar Quarteira por lotes, poderiam também fazer esse seguimento por lotes, continuar esta política de humanização dos espaços públicos. Claro que isso iria permitir, se calhar, uma maior execução do PPI, que eu acho que é manifestamente baixa.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passo a palavra ao senhor Presidente.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Relativamente ao bar e o balneário do Porto de Pesca, vamos assinar agora diretamente com a Docapesca um acordo para poder executar esse projeto. Nós não temos autonomia para fazer obras dentro do Porto de Pesca, ou seja, tem de haver aqui um protocolo existente. Temos o orçamento, sabemos mais ou menos quando é que vamos pagar pelo projeto. Portanto, queremos avançar muito em breve.

Sobre essa parte do espaço público, é nosso interesse que isso aconteça, logicamente, que é fazer os projetos e criar aqui condições para fazer as obras. Mas é muito difícil a Junta de Freguesia ter sempre orçamento para investir 80 ou 90 mil euros nas pequenas intervenções. Estes projetos que estamos aqui a falar, muitos deles não estamos a falar de 80 ou 90 mil euros, ou seja, são projetos que canalizamos para a Câmara para poder fazer os tais contratos interadministrativos. É importante que possamos perceber isso. Todas as Juntas, se não for através dos contratos interadministrativos, muito dificilmente há verbas de milhões para fazer investimentos sem ser através destes protocolos que fazemos com as Câmaras Municipais.

Uma das coisas que nós estamos a fazer, e eu considero sempre um grande investimento está relacionado com as escolas, nós vamos apresentar um estudo mais descritivo, com




desenhos 3D, já com várias ampliações de zonas de escolas. A Câmara Municipal propôs-nos para fazer os projetos e preparar para execução. Mas só assim é que nós conseguimos fazer essa execução, mesmo essa humanização toda que temos vontade, tem de ser muitas vezes através da Câmara Municipal de Loulé, senão não conseguimos fazer.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passamos então à discussão e aprovação do contrato de arrendamento. Passa a palavra ao Sr. Presidente para explicar.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Nós já trouxemos a esta Assembleia, um protocolo que assinamos com o ABC, com a Universidade do Algarve, mas isto no fundo é promovido pela associação. Eu vou tentar ler aqui um bocado e explicar que é a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica e Médica do Algarve. Esta iniciativa consiste na realização de um programa de exercício personalizado por técnicos de desporto e fisioterapeutas, com a duração de 12 semanas, mas já está para ser ampliado este prazo para pessoas que apresentam em simultâneas patologias altamente prevalentes na população com mais de 50 anos, como osteoporose do joelho, presença de dor no joelho e risco cardiovascular, atenção ao colesterol elevado ou se é fumador, mas também pessoas que já sofreram enfarte. Portanto, vai ser voltado para intervir com essas pessoas, mas também com base na investigação. A Junta juntou-se a este processo e por isso trazemos aqui o aluguer do espaço, porque já não havia espaço onde colocá-los. É também por causa do pé diabético e a execução de palmilhas para estas pessoas. A Universidade do Algarve aproveitou e já que tínhamos um espaço que tinha essas condições conciliamos 2 projetos num local só, em parceria com eles. O aluguer da loja foi por necessidade de termos a rapidez que tínhamos de dar essa resposta e fizemos esse aluguer antecipadamente.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Têm a palavra o Sr. Deputado Vítor Duro.

Bancada do PSD - Vítor Duro: A minha pergunta tem a ver com, por quanto tempo é que é previsível a ocupação do espaço e quanto é que se vai gastar em obras lá. Porque no contrato está lá que no primeiro ano tem uma renda, no segundo ano sobe a renda, no



terceiro ano a renda quase que duplica. A meu ver, para valores excessivos para aquela zona.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passa a palavra ao senhor deputado Rogério Ferreira.

Deputado Rogério Ferreira: Gostaria que se esclareça sobre a cláusula terceira que fala da questão da renovação para mim para 1 500 euros e depois na linha 2 que diz que a renda está sujeita a atualizações anuais de acordo com os coeficientes de atualização. Gostaria de entender melhor essa discrepância, pois acredito que haja uma explicação.


Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passo a palavra ao Senhor Presidente.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Como mencionado, precisamos do espaço até outubro, no máximo. O processo termina em outubro de 2023. Fizemos um acordo até o final do ano para evitar despesas adicionais, uma exigência do proprietário. Não vamos ceder o ano de 2023, pois o restante não é necessário discutir, já que não faz parte do projeto. Portanto, passamos para a frente esse artigo do contrato. As obras são residuais e não vamos mexer nas casas de banho, apenas na iluminação e na potência necessária para a execução do trabalho. Não queremos investir muito.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Coloco em votação o contrato de arrendamento. Aprovado por maioria com 15 votos a favor e uma abstenção. Passamos ao período de intervenção do público.

André Ramos: Boa noite a todos. Meu nome é André Gomes. Venho debater vários pontos. Agradeço aos deputados que voltaram a falar de problemas que já mencionei e de outros novos. Falamos de transparência, mas como membro do público, ainda não tenho acesso a relatórios nem orçamentos. Quero ver como a Junta de Freguesia gasta o dinheiro. Disseram que deviam desenvolver as contas, pois só falar de limpeza não é suficiente.

Também falaram dos investimentos. Todos os anos temos decorações e festas, mas esse dinheiro poderia ser usado em transportes públicos, que são mais valorizados pela



população. Quanto aos contratos, acho bem fazê-los, mas há muitos casos de recibos verdes. Se é contratação pública, façam contratos sérios ou usem outsourcing.

Gostaria que os objetivos fossem explicados de forma escrita no site. Apresentações são boas, mas metade da população não vem aqui. Queremos ver relatórios e contas de gestão por escrito.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Passo a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Nós não gastamos dinheiro, investimos na freguesia. Queremos melhorar os transportes públicos e discutimos recentemente com a Loulé Global para aumentar a eficácia e abrangência. Uma das coisas que vocês não sabem, se calhar, é que nós queremos mais frequência no circuito. Ou seja, ele está de hora em hora, nós queremos que seja de meia em meia hora para servir ainda mais a população. Quando falei abrangência, era chegar a Vilamoura, chegar a outras zonas também. Ele chega, mas queremos que chegue ainda mais longe, porque isso, sem dúvida, é importante para a freguesia.

A transparência é importante e vocês podem ver no site do BASE quem contratamos e convidamos para os processos. Se a Junta de Freguesia for fiscalizada tudo está disponível online.

Presidente da Assembleia de Freguesia (em substituição) – Amélia Carmo: Dou por encerrada a sessão e desejo a todos umas Festas Felizes.

Foi encerrada a Sessão às 23:40h.

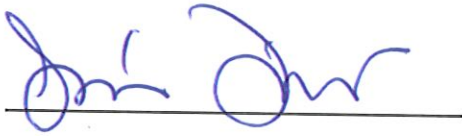
A Presidente da Assembleia de Freguesia
(Em substituição)



Amélia Carmo

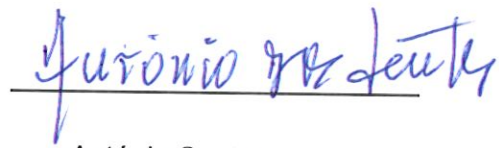
July

1ª Secretária



Sónia Dallot

2º Secretário



António Santos